



Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da UBS BB Holding Financeira S.A., elaboradas de acordo com as normas e instruções do Banco Central do Brasil e observando as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Atuação:** A holding tem participação de 100% no UBS Brasil Banco de Investimento S.A. e na UBS Brasil Corretora de Câmbio, títulos e valores mobiliários S.A. **Gerenciamento de riscos:** A Companhia tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e

UBS BB Holding Financeira S.A.  
(Anteriormente denominada UBS Brasil Holding Financeira S.A.)  
CNPJ nº 13.141.497/0001-00

Balanco patrimonial - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)									
Ativo	Notas	2022	2021		Passivo	Notas	2022	2021	
Disponibilidades		59	7		Outros passivos	9	481	1	
Instrumentos financeiros	4	139	146		Patrimônio Líquido	10	593.832	544.764	
Dividendos a receber de sociedade ligada		166	-		Capital Social		427.714	427.714	
Impostos a compensar	5	579	538		Outros resultados abrangentes		(70.184)	(59.855)	
Depósitos judiciais	6	-	41		Reservas de lucros		236.302	176.905	
Investimentos	7	593.370	544.033		Total do Passivo		594.313	544.765	
Total do Ativo		594.313	544.765						

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)									
Reservas de lucros									
	Nota	Capital Social	Legal	Outras	Investimento	Estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		427.714	2.079	35.790	-	-	(50.057)	-	415.526
Incorporação - Provisão Goodwill	7.b	-	-	-	-	-	(10.072)	-	(10.072)
Ajustes no valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	-	274	-	274
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	139.036	139.036
Destinações:									
- Reserva legal	-	-	6.952	-	-	-	-	(6.952)	-
- Reserva especial de lucros	-	-	-	-	132.084	-	-	(132.084)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10	427.714	9.031	35.790	132.084	-	(59.855)	-	544.764
Dividendos declarados	-	-	-	-	(473)	-	-	-	(473)
Incorporação - Provisão Goodwill	7.b	-	-	-	-	-	(10.072)	-	(10.072)
Ajustes no valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-	-	(257)	-	(257)
Dividendos distribuídos	10	-	-	-	(32.548)	-	-	-	(32.548)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	92.418	92.418
Destinações:									
- Reserva legal	-	-	4.621	-	-	-	-	(4.621)	-
- Dividendos obrigatórios	-	-	-	21.949	-	-	-	(21.949)	-
- Reserva estatutária	-	-	-	-	-	65.848	-	(65.848)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		427.714	13.652	57.739	99.063	65.848	(70.184)	-	593.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional:** A UBS BB Holding Financeira S.A. (Anteriormente denominada UBS Brasil Holding Financeira S.A.) ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo - SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 9º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132 e possui como objetivo social a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tendo atualmente participação de 100% no UBS Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco") e na UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"). A Companhia faz parte do Grupo UBS BB, controlado pelo UBS AG Suíça (50,01%), com participação do BB-Banco de Investimento S.A. (49,99%).

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - a) Base de elaboração:** As demonstrações financeiras da Companhia são de responsabilidade da Administração e, em virtude da atuação exclusiva como holding de instituições financeiras, suas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. A Resolução BCB nº 02/2020 estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde determina que os saldos do balanço patrimonial devem ser apresentados por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, e que o balanço patrimonial ao final do exercício corrente deve ser comparado com o balanço patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior e que as demais demonstrações comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior aos quais foram apresentadas, além da inclusão da demonstração do resultado abrangente. A norma entre outros requisitos determinou a evidencição em nota explicativa os resultados recorrentes e não recorrentes. Essas determinações trazem similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS) e as alterações não trouxeram impactos para a apuração do lucro líquido ou do patrimônio líquido. O resultado e a posição financeira da Companhia estão expressos em Reais, sendo a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras. O balanço patrimonial está apresentado por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de março de 2023. b) **Julgamentos e estimativas contábeis significativas:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerceu o melhor de seu julgamento e utilizou estimativas para calcular os valores reconhecidos nestas demonstrações.

**Continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando este princípio. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial foi derivado de preços cotados em mercado ativo ou determinados utilizando-se modelos matemáticos para precificação. **Provisões para riscos de passivos contingentes:** A Companhia revisa periodicamente suas provisões para riscos de passivos contingentes. Esta revisão utilizou a melhor avaliação e estimativa da Administração, apoiada por parecer de assessores legais, quanto à possibilidade de dispêndio de recursos financeiros e à determinação de seus respectivos montantes. c) **Pronunciamentos, alterações e interpretações existentes:** A administração avaliou as normas e interpretações aplicáveis no exercício, bem como, as normais que ainda não estão em vigor e não identificou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis adotadas pelo Grupo UBS BB são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e de maneira uniforme para as empresas do grupo. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **Instrumentos financeiros:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.069/01, os instrumentos financeiros integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: **• Títulos para negociação;** **• Títulos disponíveis para venda;** e **• Títulos mantidos até o vencimento.** Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Esses títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizada em contrapartida à conta de resultado. **Outros ativos líquidos (deduzidos dos efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.** Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição, inclusive quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais e perda por impairment, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos. **Redução ao valor recuperável de outros ativos (impairment):** Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e redução ao valor recuperável de ativos (impairment), a Companhia testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. No exercício não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. **Investimentos:** Referem-se à participação em sociedade controlada no País que é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. **Impostos e contribuições - Tributos correntes:** Imposto de renda e contribuição social - a provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% no lucro tributável acrescido de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social é calculada a alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS) - são calculados sobre as receitas da Companhia, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às

A Administração.

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2022	2021
Resultado da intermediação financeira		17	6
Resultado de operações com instrumentos financeiros		17	6
Recursos (despesas) operacionais		92.409	139.031
Administrativas e gerais			
- Tributárias		(3)	(1)
- Diversas		(7)	(11)
Outras despesas (receitas)		37	(11)
Resultado de participações em controladas	7	92.380	137.744
Reversões/(Despesas) de provisões		2	1.288
Resultado operacional		92.426	139.037
Resultado antes dos tributos e participações		92.426	139.037
Tributos sobre o lucro		(8)	(1)
Corrente	9	(8)	(1)
Lucro líquido dos exercícios		92.418	139.036
Nº de ações		339.605	339.805
Lucro líquido por ação		272,13	409,41

Demonstração do resultado abrangente				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
	2022	2021		
Lucro líquido dos exercícios	92.418	139.036		
Outros resultados abrangentes				
- Ativos financeiros disponíveis para venda	389	415		
- Incorporação reversa controladora	(10.072)	(10.072)		
- Efeito tributário	(132)	(141)		
Total do resultado abrangente dos exercícios	82.603	129.238		

Demonstração dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)				
	Notas	2022	2021	
Atividades operacionais				
Lucro líquido dos exercícios		92.418	139.036	
Ajustes que não afetam o caixa				
- Provisões/(reversões) para processos trabalhistas	6	-	(1.288)	
- Resultado de participações em controladas	7.b	(92.380)	(137.744)	
Prejuízo ajustado nos exercícios		38	4	
Variações em de ativos e passivos				
- Instrumentos financeiros		7	(7)	
- Dividendos a receber de sociedade ligada		(166)	-	
- Impostos a compensar		(41)	(8)	
- Depósitos judiciais		41	13	
- Outros passivos		480	(3)	
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		359	(1)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
- Dividendos distribuídos recebidos	7.b	32.714	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		32.714	-	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
- Dividendos	9	(33.021)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(33.021)	-	
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		52	(1)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7	8	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		59	7	
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		52	(1)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
	31/12/2022	31/12/2021		
Resultado de participações em controladas	22.171	46.833		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3	(1)		
- Despesas Indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	440		
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(8)	(1)		

**10. Patrimônio líquido - Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social está representado por 339.605 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R\$ 427.714. Reserva de lucros - Reserva Legal: Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Reserva de Lucros - Reserva estatutária: Conforme o Estatuto Social da Companhia, a reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com as atividades de operações da Companhia e é constituída em até 100% do lucro líquido, apurado conforme legislação vigente, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social. **Juros sobre capital próprio:** Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro 2022 e 2021 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. **Dividendos:** Conforme o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado os dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 10% do lucro líquido do período, acrescido dos lucros de 2022 da Lei das Sociedades Anônimas. A Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme Art. 202 da Lei 6404/76, em 31 de dezembro de 2022 foi destacado o valor de R\$ 21.949 (R\$ 33.021 em 2021) de dividendos obrigatórios. Em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, foi aprovado a distribuição de dividendos de exercícios anteriores no montante de R\$ 33.021. Durante o exercício de 2022 foram pagos dividendos no montante de R\$ 32.548 e o valor remanescente foram provisões para pagamento durante o exercício de 2023. **11. Partes relacionadas:** Não houve transação com partes relacionadas/remuneração de pessoal chave durante o exercício. As empresas do Grupo UBS BB no Brasil compartilham uma série de estruturas, incluindo as relacionadas ao pessoal-chave da Administração, que consequentemente tem seus custos refletidos nos contratos de rateio de custos das respectivas entidades operacionais. **12. Gerenciamento de riscos:** A Companhia tem buscado o contínuo aprimoramento na gestão e no controle de riscos, alinhado com a prática global e com os requisitos da Auditoria Interna. Há áreas específicas para o controle de cada disciplina de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pelo grupo. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corporativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria Interna. **13. Resultados Recorrente e não Recorrente:** Não foram identificados no período resultados não recorrentes de magnitude material ou que não estejam relacionados às atividades da Companhia. **14. Outros informções:** Após a estabilização da pandemia e seguindo as medidas de segurança indicadas pelas autoridades de saúde, nossos escritórios se adaptaram ao modelo híbrido de trabalho, com um mesclagem do trabalho remoto (home office) e o trabalho presencial. A administração avalia de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da entidade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos, todavia a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando este princípio.

Diretoria	
Rogério Villas Boas - Diretor	
Juliana Calá - Controladora CRC 1SP209899/O-7	

em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de março de 2023.	
ERNST & YOUNG	Renato Nantos
Auditor Independente S.S.	Controlador
CRC-2SP034519/O-F	CRC 1RU115529/O-7

## Em evento, Lira e ‘número 2’ das Cidades falam em aprimorar Lei do Saneamento

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), indicou ontem, 15, que, como líder da Casa, estaria disposto a debater ajustes no Marco Legal do Saneamento. A reabertura da discussão da lei no Congresso, que aprovou o marco em 2020, causa apreensão em parte do setor, especialmente o privado.

A declaração de Lira foi dada durante evento promovido pelas associação que reúne as concessionárias de água e esgoto, a Abcon, que lança nesta quarta na Câmara a agenda legislativa de 2023. Uma das pautas da Abcon é justamente evitar ajustes na lei do setor, movimento que considera prematuro.

“As coisas andavam nas costas do Estado, marco do saneamento disponibiliza que o privado participe dessas negociações, e essa lei precisa ser aprimorada, algumas distorções ainda acontecem na execução prática das concessões, e a vontade sempre do Parlamento é fazer lei que atenda a todos. O Brasil é muito peculiar em encontrar soluções, (vamos) trabalhar para que corrija e evite judicialização como acontece no meu Estado”, disse Lira, que se mostrou incomodado com uma situação envolvendo a BRK e a prestação de serviços em Alagoas. A concessão de água e esgoto no Estado foi tocada pelo então governador e hoje ministro dos Transportes, Renan Filho - filho de Renan Calheiros. Os clãs políticos dos Lira e dos Calheiros tradicionalmente rivalizam no Estado alagoano. “Partindo da minha Casa queria tentar ajustar essa lei”, citou Lira.

Representando o ministro das Cidades no evento, o número 2 da pasta, o secretário executivo Hildo Rocha, também não descartou a reabertura da lei no Congresso. “Pode-se dizer que não vai mudar a lei porque ela é nova, eu participei (da elaboração da lei), mas tem alguma coisa que podemos melhorar, tem. Sempre tem Mas se for para ser modificada é para melhor. Ministro Jader (Filho) entende, ele é empresário, tem feito as considerações necessárias, para garantir a segurança do mercado, no investimento do saneamento”, afirmou Rocha, segundo quem não haverá nenhuma modificação para “pior”. “Precisamos do capital privado para alcançar universalização. Nenhum país conseguiu universalização sem ajuda da iniciativa privada”, disse.

## AGU pede que 42 radicais paguem R\$ 20,7 mi por destruição de sedes do governo

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu, terça-feira, 14, que mais 42 radicais presos em flagrante no dia 8 de janeiro sejam condenados a pagar R\$ 20,7 milhões. Eles são acusados de participar da invasão e da depredação dos prédios públicos na Praça dos Três Poderes.

É o quarto pedido de condenação definitiva pelos atos de vandalismo apresentado pela AGU. A ação é movida na Justiça Federal do Distrito Federal.

“Os réus, de vontade livre e consciente, participaram ativamente em atos ilícitos dos quais, mais que os danos materiais ao patrimônio público federal objeto desta ação, resultaram danos à própria ordem democrática e à imagem brasileira”, afirma a AGU.

O pedido foi enviado em uma ação cautelar (urgente), usada para bloquear os bens dos radicais, que agora a AGU tenta converter em ação civil pública, justamente para garantir uma condenação definitiva.

A União busca o ressarcimento pelos prejuízos causados nas sedes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Congresso Nacional e do Planalto. O valor cobrado ainda pode ser elevado, porque os cálculos da destruição provocada pelos vândalos não foram concluídos. A lista de bens depredados inclui obras de arte, mobiliários, vidraças e equipamentos de tecnologia.

# Mulher de Daniel Alves indica fim de casamento: ‘Eu o amo, mas amo mais a mim’

O casamento de Daniel Alves com sua atual mulher, Joana Sanz, parece ter chegado ao fim. A modelo e empresária espanhola de 29 anos publicou nesta quarta-feira em sua conta oficial no Instagram uma carta escrita a próprio punho em que indica o término do relacionamento com o brasileiro, que está preso na Espanha por suposta agressão sexual contra um jovem de 23 anos em boate de Barcelona.

Joana e Daniel Alves esta-

vam juntos há sete anos. Ela escreve na carta que sempre vai amar o jogador e diz que está encerrando um ciclo iniciado no dia 18 de maio de 2015. Naquele ano, o casal começou a namorar, se casando dois anos depois em uma cerimônia em Ibiza.

“Eu o amo e o amarei para sempre. Quem diz que um amor se esquece está se enganando ou não amou de verdade. Mas eu amo, respeito e valorizo muito mais a mim mesma. Perdoar

alivia, então, fico com o mágico e encerro uma etapa da minha vida que começou no dia 18 de maio de 2015. Dou graças às oportunidades e aprendizados que a vida me dá. Por mais difíceis que sejam, aqui está uma mulher forte que passa à etapa seguinte da sua vida”, escreveu.

Segundo o programa “Fiesta” do canal espanhol Telecinco, Joana Sanz visitou o jogador no centro penitenciário Brians 2 na última semana. Eles teriam tido

uma conversa frente a frente separados por um vidro. A modelo deixou a prisão séria e sem dar detalhes do que conversou com o brasileiro.

Diversos veículos da imprensa espanhola noticiaram nas últimas semanas que o casamento de Daniel Alves com Joana Sanz estava por um fio. Ela vinha postando mensagens enigmáticas nas redes sociais sobre sua vida, trabalho e relacionamento.

Quando o lateral-direito foi preso preventivamente na Espanha, no entanto, a modelo também teve de lidar com notícias semelhantes, mas negou a intenção de pedir o divórcio de Daniel.

Chegou a dizer que não abandonaria o marido no momento mais difícil de sua vida. Ela chegou a visitá-lo na prisão algumas vezes. Recentemente, retomou sua carreira de modelo, com viagens e apresentações.

